

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
SILVÂNIA MARIA ROSA
(ORGANIZADORES)

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
SILVÂNIA MARIA ROSA
(ORGANIZADORES)

2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade 2

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Silvânia Maria Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade 2 /
Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria
Filomena Rodrigues Teixeira, Silvânia Maria Rosa. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-680-2
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.802212911>

1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo
(Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues
(Organizadora). III. Rosa, Silvânia Maria. IV. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Colocamos à sua disposição a obra - “Sociologie: Ordem e política sociais na atualidade”, organizada em dois volumes. Uma obra que nasceu marcada pela força e expansão de seus discursos no campo das ciências sociais e áreas afins, requerendo diálogo e reflexão sobre questões que nos são caras, necessárias e urgentes nesta nova ordem social. Uma obra editada em várias mãos e idiomas, envolvendo pesquisadores de vários países, comprometidos com a reflexão permeada por ordens políticas e sociais que emergem em contextos sociais ao redor do mundo. Neste primeiro volume, os textos apresentam grande diversidade e estabelecem vínculos com as seguintes palavras-chave: Anatomia do idoso; Atualidades; Comunidade marginada; Desenvolvimento socioeconômico e humano; Desenvolvimento urbano; Engajamento; Estudo comparativo; Família; Feminismo; Gênero; Jornalismo colaborativo; Licenciatura; Liderança comunitária; Mediação da informação; Movimento Social; Mulher; Organizações; Pandemia; Política de cotas; Políticas sociais; Prática docente; Preconceito; Sociedade; Sociedade civil; Sociologia. Desejamos a todos você uma excelente leitura.


Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Cinara Miranda Chaves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O PENSAMENTO CULTURAL KAINGANG SOBRE SAÚDE


Alice do Carmo Jahn
Gabriela Manfio Pohia
Elaine Marisa Andriolli
Marta Cocco da Costa
Ethel Bastos da Silva
Antonio Joreci Flores

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129111>

CAPÍTULO 2..... 14

PROCESOS DE SUBJETIVACIÓN EN PERSONAS EN CONDICIÓN DE DISCAPACIDAD. ESTUDIO DE CASOS EN CIUDAD DE MÉXICO


Carlota Marisol García Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129112>

CAPÍTULO 3..... 31

VIOLENCIA FÍSICA, CUERPOS VIOLENTADOS Y EMOCIONES VULNERADAS. CASO DE ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD VERACRUZANA


Jeysira Jacqueline Dorantes Carrión

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129113>

CAPÍTULO 4..... 44

GRANDES PROJETOS AMBIENTAIS E A RECONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. FISCAL OU PARCEIROS?


Maria de Lourdes Cútalo de Lira Basques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129114>

CAPÍTULO 5..... 50

PROPUESTA DE ACOMPAÑAMIENTO A PROFESORES PARA ABORDAR LA INCLUSIÓN/EXCLUSIÓN EN LA ESCUELA


Ruby Vizcarra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129115>

CAPÍTULO 6..... 61

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM 'ESTADO DA QUESTÃO' SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

Rita de Cássia Soares de Souza Bueno
Neusa Chaves Batista


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129116>

CAPÍTULO 7..... 78

TEMPORALIDADES DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN) Y

CONGRESO NACIONAL INDÍGENA (CNI) EN ESPACIOS INSTITUCIONALES
DIGNIDAD Y ESPERANZA EN EL TABLERO DE LO POLÍTICO

Fernando Matamoros Ponce

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129117>

CAPÍTULO 8..... 93

SABERES TRADICIONAIS SOBRE TERRITÓRIO E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NA INTERFACE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM COMUNIDADES
INDÍGENAS DO NORTE DE RORAIMA


Arlene Oliveira Souza

Alessandra Rufino Santos

Franzmilller Almeida Nascimento

Marília Pereira da Silva

Vicente José de Souza


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129118>

CAPÍTULO 9..... 108

VALORAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DA MADRE NA GUARDA DO EMBAÚ- SC

Julio Cesar Lopes Borges

Adriano de Amarante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129119>

CAPÍTULO 10..... 121

UNA ESTRATEGIA DE PREVENCIÓN PARA DISMINUIR EL ÍNDICE DE CÁNCER DE
MAMA EN MUJERES MAYORES DE 25 AÑOS, EN EL CENTRO ESTATAL DE ATENCIÓN
ONCOLÓGICA DE MORELIA MICHOACÁN


Gaudencio Anaya Sánchez

Adriana Calderón Guillén

Víctor Hugo Anaya Calderón

Estefany del Carmen Anaya Calderón

Roger Nieto Contreras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291110>


CAPÍTULO 11..... 136

TURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MARAÚ-BA

Andressa de Sousa Santos Ferreira

Helena Maria de O. Martins

Kamile Ferreira Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291111>

CAPÍTULO 12..... 149

VOICES REFLECTING THE BURDEN OF DISEASE IN MEXICO





Blanca Estela Pelcastre-Villafuerte

María Guadalupe Ruelas-González

Tonatiuh González-Vázquez

Héctor Gómez Dantés

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291112>

CAPÍTULO 13.....	166
TEORÍA SOCIAL CRÍTICA MÁS ALLÁ DE LA MODERNIDAD	
Susana Raquel Barbosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291113	
CAPÍTULO 14.....	173
EL “ENVERDECIMIENTO” DE COSTA RICA: UNA GUERRA CONTRA LA SUBSISTENCIA	
Ana Isla	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291114	
CAPÍTULO 15.....	188
TRAJETÓRIA DE AGRICULTORES FAMILIARES: SUAS POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DE AÇÕES COLETIVAS COM CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-UFSM	
Alice do Carmo Jahn	
Antonio Joreci Flores	
Elaine Marisa Andriolli	
Marta Cocco da Costa	
Ethel Bastos da Silva	
Gabriela Manfio Pohia	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291115	
CAPÍTULO 16.....	200
PROPUESTA DE EDUCACIÓN SUPERIOR INTERCULTURAL PARA LA DESCOLONIZACIÓN DE LA VIDA. CASOS DE LA UNIVERSIDADES INDÍGENAS TUPAK KATARI, BOLIVIA E INSTITUTO SUPERIOR EUGENIO ESPEJO, ECUADOR	
Aquiles Alfredo Hervas Parra	
Tania Leonor Parra Proaño	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291116	
SOBRE OS ORGANIZADORES	216
ÍNDICE REMISSIVO.....	218

CAPÍTULO 6

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM 'ESTADO DA QUESTÃO' SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

Data de aceite: 01/11/2021

Rita de Cássia Soares de Souza Bueno

Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
Faculdade de Educação | Programa de Pós-
Graduação em Educação | Porto Alegre | RS |
Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-4254-5514>

Neusa Chaves Batista

Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
Faculdade de Educação | Programa de Pós-
Graduação em Educação | Porto Alegre | RS |
Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4322-2829>

RESUMO: Esta pesquisa é de caráter bibliográfico e procura estabelecer o 'Estado da Questão' sobre o tema das políticas de ação afirmativa para a educação superior; e da participação política de estudantes cotistas na construção das políticas afirmativas em universidades públicas. Os objetivos se prestam a delimitar e caracterizar as especificidades das produções científicas nesta área do conhecimento. As principais fontes de informação são artigos científicos, livros, teses e dissertações. O *corpus* de dados foi constituído por bases de dados nacionais e internacionais. Permeia nossa interpretação do objeto de estudo a perspectiva de Nancy Fraser (2010), com o enfoque priorizado nas pessoas de direito, que se justifica pelo entendimento de que estas são o centro da política e, como tal, produzem demandas e justificativas por justiça social que necessitam ser (res)significadas nas

instituições deliberativas do Estado. O estudo analisa em torno de mil e quinhentas fontes de informações especializadas, constatando que nas investigações, quantitativas e/ou qualitativas, sobre política afirmativa para a Educação Superior, predominam abordagens sobre raça, racismo e relações raciais no Brasil. Os resultados obtidos apontam que há escassez da abordagem indireta e inexistência de abordagem direta sobre a temática priorizada em nosso estudo. As investigações que tratam de forma indireta da participação de estudantes cotistas no processo de construção das ações afirmativas junto às universidades indicam que, embora tais instituições apresentem progresso nas pautas de participação política, de responsabilização deliberativa e consultiva dos grupos e pessoas de direitos na produção de sentidos para as políticas públicas, ainda possuem um modelo de gestão educacional permeado pelo conservadorismo, que aflora (ainda mais) em períodos de tensão social e econômica, como na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Justiça Social; Política Afirmativa; Participação Estudantil.

AFFIRMATIVE ACTION POLICIES FOR HIGHER EDUCATION: A 'STATUS OF THE QUESTION' ABOUT STUDENT POLITICAL PARTICIPATION

ABSTRACT: This research is bibliographical in nature and seeks to establish the 'State of the Question' on the theme of affirmative action policies for higher education; and the political participation of quota students in the construction of affirmative policies in public universities. The

objectives are intended to delimit and characterize the specificities of scientific production in this area of knowledge. The main sources of information are scientific articles, books, theses and dissertations. The data corpus consisted of national and international databases. The perspective of Nancy Fraser (2010) permeates our interpretation of the object of study, with a prioritized focus on people with rights, which is justified by the understanding that they are the center of politics and, as such, produce demands and justifications for social justice that need to be (re)signified in the deliberative institutions of the State. The study analyzes around fifteen hundred sources of specialized information, noting that quantitative and/or qualitative investigations on affirmative policy for Higher Education predominate approaches to race, racism and racial relations in Brazil. The results obtained show that there is a scarcity of an indirect approach and a lack of a direct approach on the theme prioritized in our study. The investigations that indirectly deal with the participation of quota students in the process of building affirmative action with universities indicate that, although such institutions show progress in the agendas of political participation, deliberative and consultative accountability of groups and people with rights in the production of meanings for public policies, they still have an educational management model permeated by conservatism, which emerges (even more) in periods of social and economic tension, such as today.

KEYWORDS: Higher Education; Social justice; Affirmative Policy; Student Participation

1 | INTRODUÇÃO

As políticas afirmativas constituem-se em ações públicas implantadas em países ao redor do mundo com o objetivo de garantir equidade (igualdade de oportunidades) às pessoas e a grupos sociais excluídos do acesso de bens produzidos pela humanidade. De 2001 a 2011, algumas universidades públicas brasileiras por meio dos seus conselhos universitários e com base no preceito constitucional da autonomia universitária passaram a implementar diferentes tipos de ação afirmativa. Em 2012, essa política se intensifica por meio da promulgação da Lei Federal nº. 12.711 (Lei de Cotas), a qual estabelece que no mínimo 50% das vagas para todos os cursos de graduação das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) devem ser reservadas para as/os estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes socioeconômico e étnico-racial (BRASIL, 2012).

Nesse processo, a política afirmativa para a educação superior se tornou objeto de estudo global para muitas(os) pesquisadoras(res) a partir de diferentes abordagens, favorecendo o acúmulo de conhecimento no campo de estudo. Com esta base, nosso interesse se expressa em descrever e analisar as produções científicas sobre a temática, enfocando em investigações que abordem a participação de estudantes cotistas no processo de construção das ações afirmativas junto às universidades brasileiras.

O enfoque priorizado nas pessoas de direito se justifica pelo entendimento de que estas são o centro da política e, como tal, produzem demandas e justificativas por justiça social que necessitam ser (re)significadas nas instituições deliberativas do Estado. Permeia nossa interpretação do fenômeno da política afirmativa para a educação superior

a perspectiva de Fraser (2010), que põe em destaque três dimensões para a justiça social: socioeconômica, cultural e política. Na primeira dimensão, a demanda e luta por justiça se dá no âmbito da justa redistribuição dos recursos econômicos com vistas a transformar estruturas econômicas básicas de exploração de classe, diz respeito à classe social; na segunda dimensão, a luta se dá pelo reconhecimento de igual *status* a todas as pessoas e grupos em interação no espaço social, com vistas a uma mudança cultural ou simbólica e diz respeito às identidades culturais; a terceira dimensão oferece o palco, a esfera pública, sobre o qual as lutas por redistribuição e reconhecimento se materializam por meio da disputa pela participação das pessoas de direitos na produção de sentidos para as políticas públicas.

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa bibliográfica do tipo “Estado da Questão” (Therrien & Therrien, 2004), com o objetivo de mapear, delimitar e caracterizar as especificidades da temática investigada, bem como procedemos à identificação, definição e análise das categorias centrais das abordagens teórico-metodológicas utilizadas pelas(os) pesquisadoras(res). O recorte de área ficou restrito às ciências humanas. Não houve recorte temporal, já que foram incluídas no estudo as produções acadêmicas que: a) antecedam a implementação da primeira ação afirmativa em universidades públicas brasileiras (até 2001); b) sucedam a implementação da primeira ação afirmativa em universidades públicas brasileiras (2002-2012); c) sucedam a aprovação da Lei Federal de Cotas de 2012 (2013-2019).

Este esquema, na coleta de dados, teve como objetivo obter um panorama que abrangesse todos os ciclos da política educacional em estudo. As principais fontes de informação foram: artigos científicos, livros, teses e dissertações. O *corpus* de dados foi constituído por bases de dados nacionais e internacionais. O estudo analisa em torno de mil e quinhentas fontes de informações especializadas, constatando que nas investigações, quantitativas e/ou qualitativas, sobre política afirmativa para a Educação Superior, predominam abordagens sobre raça, racismo e relações raciais no Brasil.

Ademais, os resultados obtidos apontam que há escassez da abordagem indireta e inexistência de abordagem direta sobre a temática priorizada em nosso estudo. As investigações que tratam de forma indireta da participação de estudantes cotistas no processo de construção das ações afirmativas junto às universidades indicam que, embora tais instituições apresentem progresso nas pautas de participação política, de responsabilização deliberativa e consultiva dos grupos e pessoas de direitos na produção de sentidos para as políticas públicas, ainda possuem um modelo de gestão educacional permeado pelo conservadorismo, que aflora (ainda mais) em períodos de tensão social e econômica, como na atualidade.

21 PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

A presente análise converge para um panorama quantitativo e qualitativo a partir da sistematização das informações encontradas nas consultas ao tema geral das políticas de ação afirmativa para a educação superior, ao específico da participação política de estudantes cotistas na construção das políticas afirmativas em universidades públicas e às suas respectivas abordagens em 3(três) fontes de informações especializadas e em 6(seis) bases de dados, nacionais e internacionais.

Fontes de Informações Especializadas	Bases de Dados	
	Nacional	Internacional
1) Artigos	Periódico SciELO	Periódico Scopus
2) Livros	Periódico CAPES	Biblioteca WorldCat
3) Teses e Dissertações	Catálogo CAPES	Catálogo OATD

Quadro 1 – Fontes de informações e as bases de dados

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

As escolhas e as construções de pesquisa não esgotam as produções de conhecimento sobre as temáticas em questão. Entretanto, podem se aproximar do número de produções existente nas bases de dados e nos sites consultados. A partir dos recursos de refinamento disponíveis nas plataformas, utilizamos os seguintes critérios de busca:

Língua/Idioma	Todos
Ano de Publicação	Todos
Área de Conhecimento	Ciências Humanas
Termos de Busca	("ação afirmativa" OR "ações afirmativas" OR cota OR cotas) AND (universidade OR universidades OR "educação superior" OR "ensino superior") ("affirmative action" OR quotas) AND (university OR "higher education")

Quadro 2 – Critérios de busca avançada

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Após o levantamento e armazenamento, fizemos a leitura de todos os títulos e resumos das fontes, buscando identificar quais tratavam do tema geral sob alguma forma de análise. De posse dessa informação, organizamos um panorama das quantificações por ciclos da política e principais abordagens. No total, foram localizadas 1.488 (mil quatrocentas e oitenta e oito) fontes. Entretanto, foram incluídas no estudo 959 (novecentas e cinquenta e nove),

sendo 209 (duzentos e nove) artigos, 168 (cento e sessenta e oito) livros e 582 (quinhentas e oitenta e duas) teses e dissertações. Distribuídas em cada ciclo da política pública de ação afirmativa em universidades públicas brasileiras, conforme percentagens no gráfico abaixo:

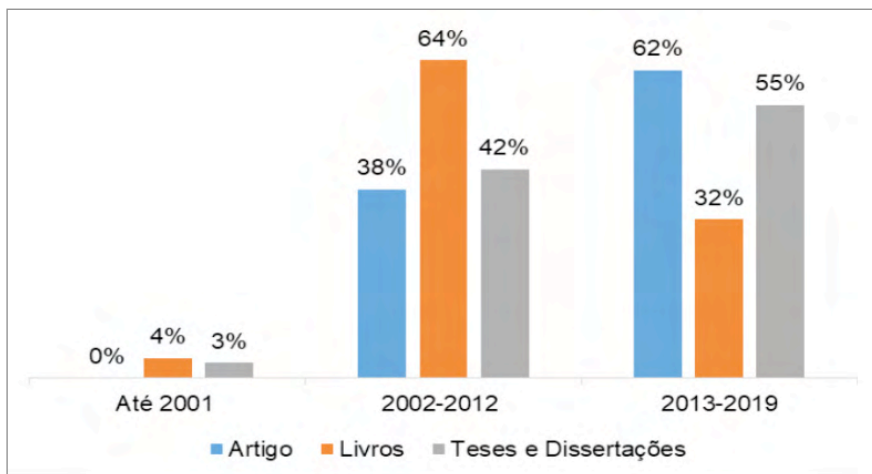


Gráfico 1 – Percentagens de produções científicas em cada ciclo da política afirmativa em universidades

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Dentre essas produções sobre o tema geral, verificamos quais estavam relacionadas diretamente com a temática específica ou quais apresentavam alguma intersecção, procedendo a leitura na íntegra. A partir das leituras, sistematizamos as informações sobre o título, autor(es), ano de publicação, tipo de produção, campo do conhecimento, objetivos, objeto de estudo, enfoque metodológico e principais resultados. Quando necessário, adaptamos as variáveis a cada uma das fontes. Por fim, ensaiamos uma análise qualitativa das produções encontradas.

2.1 ARTIGOS NAS COLEÇÕES DE PERIÓDICOS DA SCIELO E SCOPUS

Na *SciELO*¹ e na *Scopus*² identificamos 230(duzentos e trinta) artigos acadêmicos e procedemos à leitura dos títulos e resumos.

1 Periódicos da *Científica Electronic Library Online (SciELO)*

2 Periódicos da *Scopus* é uma base de dados multidisciplinar e internacional da Editora Elsevier

Base (Artigos)	Registros Recuperados	Endereço eletrônico e data de acesso
SciELO (Nacional)	141 (2002 a 2019)	<Disponível em: http://www.scielo.br/?lng=pt . Acesso em: 12/07/2019>
Scopus (Internacional)	89 (2000 a 2019)	<Disponível em: https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus . Acesso em: 12/07/2019>

Tabela 1 – Registros de artigos identificados

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

A partir da leitura dos títulos e resumos excluímos 21(vinte e um) artigos, pois não tratavam do tema geral. Incluímos no estudo 209(duzentos e nove), cujas informações apontam para uma predominância de abordagem da temática ‘ação afirmativa racial’ (38%) e ‘ação afirmativa racial e social’ (19%) na educação superior. Os enfoques são nas relações raciais, raça e racismo no Brasil; e suas intersecções com as ações afirmativas em universidades e/ou nos cursos de graduação.

Dos 209 (duzentos e nove) artigos que tratavam sobre as ‘políticas de ação afirmativa para a educação superior’, apenas 04(quatro) possuíam alguma intersecção com o tema específico da ‘participação política estudantil’, os quais selecionamos para ensaiar algumas análises, conforme segue:

Título do Artigo	Autora(as) do Texto	Ano de Publicação	Revista que Publicou	Area	Qualis (Consulta: 06/10/2019)
Democratização, justiça social e igualdade na avaliação de uma política afirmativa: com a palavra, os estudantes.	- Andreliza Cristina de Souza; - Mary Ângela Teixeira Brandalise.	2015	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Educação	A1
Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas	- Joana Célia dos Passos.	2015	Educação em Revista	Educação	A1
Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior	- Ângela Rodolpho Paiva.	2015	Civitas - Revista de Ciências Sociais	Ciências Sociais	B2
Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas	- Neusa Chaves Batista.	2015	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Educação	A1

Quadro 3 – Informações básicas sobre os artigos em periódicos

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Todos os artigos são de divulgação de pesquisas e apresentam revisões de literatura e reflexões teóricas sobre a democratização e as ações afirmativas na Educação Superior; bem como, reflexões teórico-empíricas sobre justiça social, cidadania e reconhecimento para estudantes cotistas em universidades públicas brasileiras. Após a leitura na íntegra, foi possível sistematizar os objetivos, objeto de estudo, enfoque metodológico, fontes e principais resultados, conforme o quadro abaixo:

	Souza & Brandalise (2015)	Passos (2015)	Paiva (2015)	Batista (2015)
Objetivos	- Desvelar se a política de cotas de uma instituição de Ensino Superior paranaense, na percepção dos estudantes que a ela recorrem para ingresso nos cursos de graduação, favorece ou possibilita a democratização do acesso e a promoção da igualdade e da justiça social (p. 181).	- Analisar a cultura acadêmico-curricular e suas configurações derivadas da presença de estudantes negros/negras cotistas no cotidiano da Universidade Federal de Santa Catarina.	- Discutir a fruição de direitos humanos para a construção da cidadania no Brasil; - Destacar fatores determinantes para a organização social de movimentos sociais negros; - Tecer contextualização e conceituação dos direitos e demandas por reconhecimento.	- Analisar os principais impasses, conflitos e contradições da política de ações afirmativas da UFRGS, na 1.151ª sessão do Conselho Universitário realizada em 2012, que tinha como objetivo avaliar os primeiros cinco anos da implantação da política.
Objeto de Estudo	- Política de 'acesso' por ação afirmativa, cotas sociais.	- Acesso e permanência material e simbólica dos cotistas étnico-raciais.	- Ação do movimento negro e a controvérsia das 'cotas raciais'.	- Embates e disputas estabelecidos pelos atores políticos, em especial o impasse que se estabelece entre os segmentos docente e discente, no que se refere ao parecer da Comissão Especial de avaliação das ações afirmativas.
Enfoque Metodológico	Qualitativo	Qualitativo	Qualitativo	Qualitativo
Fontes	Questionário e entrevista com estudantes.	- Documentos normativos; - Projetos Político Pedagógicos (PPP); - Questionário com professores e coordenadores de curso; - Depoimento de estudantes negras.	- Editais de processo seletivo para ingresso em universidades; - Formulário com estudantes; - Entrevista com gestores.	- Documentos: atas, pareceres, pedidos de vistas, e outros documentos produzidos no/pelo CONSUN/ UFRGS.

Quadro 4 – Abordagens de pesquisas em artigos de periódicos

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Em relação à metodologia, observamos a utilização de estudos exclusivamente com abordagem qualitativa. Nas fontes para coleta de dados detalhadas no quadro acima, percebemos em comum que três artigos (Souza & Brandalise, 2015; Passos, 2015; Paiva, 2015) aplicaram questionários, entrevistas e/ou formulários tendo como foco os/as

estudantes cotistas. Para além, dois dos textos (Passos, 2015; Paiva, 2015) valeram-se da análise de documentos institucionais e entrevista com professores ou gestores. Enquanto, (Batista, 2015) utiliza os documentos: atas, pareceres e pedidos de vistas produzidos na/para a 1.151ª/2012 sessão do Conselho Universitário/UFRGS.

No artigo de Souza & Brandalise (2015) há uma apresentação inicial de conceitos sobre políticas públicas, políticas sociais, política afirmativa e política de cotas; oferecendo discussões teóricas e empíricas sobre a democratização, justiça social e igualdade. As conceptualizações propostas apresentam-se mais como uma revisão de literatura dos conceitos tradicionais de justiça social, especialmente do ponto de vista da juridicidade, ou seja, por meio de considerações sobre justiça formal e justiça substancial.

A pesquisa de Passos (2015) traz contextualizações, panoramas, reflexões teóricas e empíricas significativas sobre o tema das 'cotas raciais', apontando para outras possibilidades de investigação sobre o tema. Coloca que os desafios institucionais a serem enfrentados no âmbito da autonomia universitária seriam a construção de soluções a partir das demandadas de movimentos sociais, da comunidade acadêmica e, sobretudo, dos estudantes cotistas. Pois, alargariam o espectro democrático das universidades públicas, eixo basilar de sua missão ante a sociedade brasileira.

Nos estudos apresentados por Paiva (2015) encontra-se um panorama contextual e conceitual sobre cidadania, esfera pública, direitos, reconhecimento, ação coletiva e identidade no Brasil e suas possibilidades de relações com a política afirmativa em universidades. A autora ressalta que tal política representa uma ação efetiva na busca parcial de reparação do déficit de oferta da educação superior para a promoção de uma cidadania democrática.

O estudo de Batista (2015) diz que na construção de futuras pesquisas seria importante a proposição de análises dos instrumentos legítimos de expressão e de participação no quinhão da autoridade institucional. Visto que, as universidades organizam-se a partir de hierarquias cujos resultados, quase sempre, resultam em desigualdade na representação dos segmentos e nos atos decisórios. No resultado de sua pesquisa empírica, constata que as proposições dos segmentos discentes foram sendo derrotadas, em sua grande maioria, até que prevalecesse a vontade oficial do que é institucional. Nesse caso, costumam prevalecer os discursos considerados legítimos do ponto de vista institucionalizado – o discurso dos docentes.

2.2 LIVROS NAS BASES DE DADOS DA CAPES E WORLDCAT

Na base de dados da CAPES³ e da WorldCat⁴ identificamos 353 trezentos e cinquenta e três) livros e procedemos à leitura, analisando os títulos, e quando disponíveis, suas sinopses e sumários.

3 Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

4 O WorldCat é uma rede mundial de bibliotecas

Base (Livros)	Registros Recuperados	Endereço eletrônico e data de acesso
CAPES	93 (1996 a 2019)	<Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/ . Acesso em: 08/08/2019>
WorldCat	260 (1993 a 2019)	<Disponível em: https://www.worldcat.org/ . Acesso em: 08/08/2019>

Tabela 2 – Registros de livros identificados

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Após as leituras, excluímos do estudo 185(cento e oitenta e cinco) livros por serem duplicatas ou não tratarem do tema geral. Incluímos 168(cento e sessenta e oito) livros, nos quais encontramos uma predominância geral de abordagens sobre ‘ação afirmativa racial’ (58%) e ‘ação afirmativa racial e social’ (17%) em universidade. Especialmente, tratando das relações raciais, raça e racismo no Brasil; e suas interseções com as ações afirmativas em universidades e/ou nos cursos de graduação.

Dos livros que abordavam o tema geral, apenas 01(um) possuía alguma interseção com o tema específico, o qual selecionamos para um ensaio analítico. O livro compõe a base de dados da CAPES e se intitula ‘Observatório da vida estudantil: primeiros estudos’. Está disponível na íntegra, como *e-book*, também, na base da SciELO.

Título do Livro	Autora	Ano de Publicação	Editora	Área
Observatório da vida estudantil: primeiros estudos	Sônia Maria Rocha Sampaio (UFBA)	2011	EDUFBA	Psicologia da Educação

Quadro 5 – Informações sobre o livro

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Em sua sinopse informa que:

A obra contempla os objetivos, metodologia de trabalho e perspectivas atuais do ‘Observatório da Vida Estudantil’, que atua em duas Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia - a UFBA e a UFRB. A obra, formada por 12 artigos, trata de temas como o novo universitário que vem se inserindo na UFBA, o aluno de origem popular e a opinião dos estudantes com relação ao Bacharelado Institucional. A relação da juventude com a política, a maternidade durante o período universitário, e a questão da evasão na educação superior são alguns dos assuntos também abordados (SAMPAIO, 2011).

Ao percorrer o sumário do livro encontramos apenas 1(um) artigo que possuía interseção com o tema específico, e após a leitura na íntegra, construímos o quadro abaixo que sistematiza os objetivos, objeto de estudo, enfoque metodológico, fontes e principais

resultados:

TÍTULO DO ARTIGO	
MAIA, Allan Jeffrey Vidal, et al. <i>Juventude e política: observando a UFBA</i> . In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha, org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 169-186.	
Objetivos	- Buscar um conhecimento preliminar sobre as relações entre juventude e política na UFBA (p.173).
Objeto de Estudo	- Participação política estudantil: significados, experiências de militâncias em grupos/coletivos específicos e atuação pessoal.
Enfoque Metodológico	Qualitativo (Pesquisa Participativa)
Fontes	- Diário de Campo; - Entrevista semiestruturada com estudantes.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - O ambiente universitário não é o único responsável pelo desencadeamento da participação política dos estudantes [...] a sensibilização é feita, por diferentes agentes que vão da vida familiar, passando pelo grupo de iguais e pela mídia (p. 183 e 184). - A vinculação a movimentos políticos e sociais interfere nos itinerários de vida e na constituição da subjetividade dos estudantes entrevistados, que se veem existencialmente vinculados aos movimentos que integram (p. 184). - A política tem efeito de vincular os sujeitos às questões do seu mundo, do seu país, da sua comunidade proximal, apresentando caminhos e possibilidades de ação coletiva que podem fazer enorme diferença na formação de uma pessoa, sobretudo, jovens universitários, ávidos em encontrar, em meio a dilemas identitários características dessa idade da vida (p.184). - Os estudantes sentem: "desvalorização, pela instituição universitária, das práticas políticas, de qualquer coloração ou formato, não havendo integração entre as instâncias administrativas e os diferentes movimentos" [...] "preconizam outras práticas institucionais, que legitimem melhor suas atividades, superando o clima de confronto que, eventualmente, torna críticas essas relações" (p.184). - A universidade concede espaço para articulação independente de diferentes grupos. Há uma infraestrutura mínima, constituídas pelos espaços legitimados para os Diretórios ou Centros Acadêmicos (DA ou CA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE), cujo funcionamento é garantido administrativamente (p. 185). - Os estudantes não restringem sua movimentação política aos muros da universidade, participando de ações coletivas, locais e nacionais, que reforçam seus movimentos específicos, tornando-se fontes de mais aprendizagens do ponto de vista de sua formação política (p. 185). - O espaços políticos instituídos no meio universitário acabam se tornando portas de entrada para os movimentos sociais tomarem contato com o mundo, por vezes difícil de penetrar, que é a universidade (p.185). - Na UFBA, diferentes segmentos da juventude continuam ativos politicamente e buscam formas inovadoras de atuação (p.185).

Quadro 6 – Abordagem de pesquisa no artigo do livro

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

O artigo acima é derivado do trabalho de pesquisa e intervenção desenvolvido por 6(seis) estudantes do curso de psicologia da UFBA, nas disciplinas Psicologia Escolar I e II, sob orientação da Profa. Dra. Sônia Maria Rocha Sampaio, no ano de 2008. As/Os estudantes pesquisadoras/es MAIA *et al* (2011) abrem a discussão sobre a 'participação política da juventude' interrogando-se sobre o seu incremento ou declínio, nas três ou quatro

últimas décadas, ressaltando que estudiosos do tema se dividem entre a emergência de um apolitismo juvenil ou o surgimento de novas formas de engajamento político.

Comentam que os jovens entre 15 e 25 anos são 20% da população e se encontram a margem dos processos decisórios em relação às Políticas Públicas elaboradas pelo governo brasileiro, apontando para a necessidade de ocupação desses espaços de representatividade. Ainda, afirmam que os/as jovens estão participando em grupos/coletivos de diferentes correntes políticas e ideológicas, que pleiteiam espaços de participação e que articulam ações de tipo afirmativo, tanto em caráter local quanto global. Sendo que, os múltiplos pertencimentos permitem a permeabilidade desses jovens a outros movimentos políticos, de caráter afirmativo ou de discriminação positiva (MAIA *et al*, 2011).

Como uma das principais colaborações e possíveis direcionamentos de futuras pesquisas, destacam que nas universidades coexistem espaços institucionalizados que permitem a participação política, funcionando como territórios legitimados de representatividades, mais voltados para as políticas estudantis e/ou educacionais, tais como: Diretórios ou Centros Acadêmicos (DA ou CA) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Para além desses movimentos, trazem a possibilidade de encontrar acadêmicos vinculados a outros grupos, como por exemplo: partidos políticos; e grupos nucleados a partir de temas referente à diversidade/identidade (racial, étnica, de gênero e etc.). Em seus estudos optaram por apresentar relatos de entrevistas com representantes estudantis dos DCE, CA, DA, Movimento de Luta Antimanicomial, Movimento do Passe Livre e Movimento LGBT (MAIA *et al*, 2011).

2.3 TESES E DISSERTAÇÕES NOS CATÁLOGOS DA CAPES E OATD

Na base de dados da CAPES⁵ e da OATD⁶ identificamos 905 (novecentos e cinco) registros de teses e dissertações acadêmicas e procedemos à leitura dos títulos e resumos, buscando identificar quais tratavam sobre tema geral e o específico.

Base	Registros Recuperados	Teses	Dissertações	Endereço eletrônico e data de acesso
CAPES	548 (2001 a 2019)	142	406	<Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/ . Acesso em: 11/07/2019>
OATD	357 (1979 a 2019)	104	253	<Disponível em: https://oatd.org/ . Acesso em: 12/07/2019>

Tabela 3 – Registros de teses e dissertações identificados

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Após as leituras, excluímos 320 (trezentos e vinte) produções, por não abordarem o

⁵ Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

⁶ *Open Access Theses and Dissertations (OATD)*

tema geral da pesquisa. Incluímos no estudo 582(quinhentos e oitenta) teses e dissertações. Na OATD encontramos predominância de abordagens sobre ‘Ação Afirmativa no Brasil’ e ‘Ação Afirmativa nos EUA’; e na CAPES sobre ‘Ação Afirmativa Racial’ e ‘Ação Afirmativa Racial e Social’, que priorizam (74%) o tema das relações raciais, raça e racismo nos respectivos países; e suas intersecções com as ações afirmativas em universidades e/ou nos cursos de graduação.

Das teses e dissertações que abordavam o tema geral das políticas de ação afirmativa na educação superior, apenas 02(duas) possuíam alguma intersecção com o tema específico, as quais selecionamos para análises mais aprofundadas. Essas produções acadêmicas correspondem a 01(uma) tese disponível na base de dados da CAPES e 01(uma) dissertação disponível em ambas, CAPES e OATD:

Título	Possibilidades e Oportunidades de Atuação Política: estudo sobre a formação do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas no processo de reivindicação por cotas na UFRGS	Juventude, política e educação: a emergência do estudante precarizado no contexto da reforma do ensino superior, sua inserção no movimento estudantil e os conflitos no campo político universitário
Autor	Felipe Prolo	Fabiano Pereira Silva
Orientador(a)	Renato de Oliveira	Tereza Correia da Nobrega Queiroz
Ano de Conclusão	2011	2018
Instituição	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Universidade Federal Da Paraíba (UFPB)
Tipo	DISSERTAÇÃO	TESE
Área	Ciências Humanas - Sociologia	Ciências Humanas - Sociologia
Base de Dados	CAPES e OATD	CAPES

Quadro 7 – Informações básicas sobre a tese e a dissertação

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Correspondem, respectivamente, a trabalhos de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado acadêmico em instituições públicas brasileiras e escritos em língua portuguesa. Após a leitura na íntegra, sistematizamos os objetivos, objeto de estudo, enfoque metodológico, fontes e principais resultados:

	Prolo (2011)	Silva (2018)
Objetivos	- Analisar o processo de formação de um coletivo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA).	- Analisar se de fato a mudança na base social (classe) da universidade pública federal reflete um novo momento das mobilizações estudantis pautadas na sobrevivência/permanência do estudante na universidade e como o estudante se torna um sujeito político se inserindo em movimentos coletivos de mudança no contexto atual da expansão e retração do ensino superior.
Objeto de Estudo	- O processo de formação de um coletivo de estudantes na UFRGS, intitulado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA).	- A participação de jovens universitários, através do movimento estudantil.
Enfoque Metodológico	Qualitativo	Qualitativo
Principais Referenciais Metodológicos	- Gabriel Feltran (2006) experiência individuais e coletivas (análise de trajetórias).	- Laville e Dionne (1999) em estudo de caso; - Beaud e Weber (2015) em estudos etnográficos.
Fontes	- Entrevistas abertas realizadas com os membros do GTAA	- Levantamento bibliográfico; - Análise de Indicadores Sociais (MEC e INEP); - Etnografia com/nos Movimentos Estudantis (ME); - Entrevistas com estudantes.
Principais Referenciais Teóricos	- Sidney Tarrow (2009) sobre a 'estrutura de oportunidades políticas', que refere-se às condições estruturais dos contextos sociais para que determinados indivíduos engajem-se coletivamente; - José Albuquerque (1977), Marialice Foracchi (1965) e Gilberto Velho (1999) sobre as noções e possibilidades de constituição de 'projeto' de ações coletivas; - Alberto Melucci (1995, 2001, 2004), sobre os fatores conferem a um grupo sua 'unidade'.	- Thompson (1981, 1984 e 1987), a partir do conceito de experiência; - Bourdieu (1983, 1996, 2011, 2012), com o conceito de campo político, <i>habitus</i> , e entre outros; - Eder Sader (1988), com a noção de sujeito coletivo que desenvolve práticas de ação coletivas a partir do reconhecimento de interesses em comum.
Resultados	- A formação do GTAA foi um processo de organização coletiva pautado em questionar as dinâmicas político-institucionais. - O GTAA constituiu-se em uma estrutura de oportunidades políticas para organização coletiva, com envolvimento dos membros do grupo, de outros atores da instituição e de não vinculados a esta. - A pauta das cotas na Universidade foi adotada pelo coletivo GTAA como uma forma dos atores atribuírem significados para suas trajetórias enquanto graduandos; e culminou na construção da proposta e aprovação da Decisão nº 134 de 2007 que instituiu o programa de ações afirmativas na UFRGS.	- O reconhecimento recíproco das vulnerabilidades socioeconômicas gerou no grupo de estudantes o desenvolvimento de uma identidade comum, estabelecendo laços de sociabilidade e práticas de ação política próprias. - Através do movimento estudantil que se dá os movimentos de mudança, no campo político universitário, com a incorporação de novos atores, de novas demandas e a afirmação de formas peculiares de ações coletivas.

Quadro 8 – Abordagem de pesquisa na dissertação e na tese.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Em sua dissertação, Prolo (2011) analisou processo de formação do coletivo intitulado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA), composto por estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse coletivo se propôs a estudar e reivindicar a implementação do sistema de cotas, nas modalidades étnico-racial e socioeconômica, na referida universidade. O processo de formação e debates se iniciou no final do ano de 2005 e se estendeu até 2007, quando foi aprovada a resolução que implementou o programa de

ações afirmativas na UFRGS. Uma das principais contribuições desse estudo foi para pensar as futuras pesquisas sobre ações coletivas, em cenários onde as formas de atuação política não sejam mais as mesmas que tradicionalmente serviram de base para outras pesquisas acadêmicas.

Em sua tese, Silva (2018) destaca que uma das pautas dos Movimentos Estudantis em universidades, em especial na UFPB, e nas últimas décadas, foram as condições de Classe (redistribuição), que reivindicavam a assistência social/estudantil. Acrescenta que a partir de 2007, com a implantação de ações governamentais com vistas à ampliação e democratização do acesso à universidade, houve a ascensão de camadas populares da sociedade brasileira nesta área de ensino, o que intensificou tal pauta. Segundo o autor, as mobilizações e atos políticos do movimento estudantil evidenciam a precariedade da assistência ao estudante, interferindo diretamente na permanência daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O foco da sua pesquisa é nas mudanças de base social que estão ocorrendo nas universidades públicas federais, que refletem num novo momento de mobilizações, pautadas na sobrevivência/permanência, tornando o estudante da universidade um sujeito político. Não entra diretamente na seara da chegada de pessoas negras, indígenas, deficientes e outros oprimidos, com pautas de reconhecimento. Ou seja, o autor trata das mudanças no campo político universitário com a chegada do estudante com vulnerabilidade econômica.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste 'Estado da Questão', para além da revisão de literatura, se configurou numa posição da pesquisa em relação ao seu objeto de estudo e na elaboração de um texto narrativo, com esforços para trazer a concepção de ciência e a contribuição epistêmica no campo de conhecimento. O desenho da narrativa obedeceu à ordem e aos critérios com proposição descritiva e ensaios analíticos. Os mesmos dados, entregues a outras(os) pesquisadoras(es), possivelmente teriam uma nova forma de narrar, não necessariamente o seu conteúdo (TERRIEN & TERRIEN, 2004).

No total, compuseram o estudo 1.488 (mil quatrocentos e oitenta e oito) fontes de informações especializadas. Na tabela abaixo, segue uma síntese do que foi descrito e analisado ao longo desta construção:

	Número de fontes localizadas	Número de fontes sobre o tema geral: políticas de ação afirmativa para a educação superior	Número de fontes sobre o tema específico: participação política de estudantes cotistas
Artigos	230	209	4
Livros	353	168	1
Teses & Dissertações	905	582	2
TOTAL	1.488	959	7

Tabela 4 – Síntese numérica das fontes analisadas.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Sobre o tema geral, encontramos uma predominância quantitativa e qualitativa dos debates sobre raça, racismo e relações raciais no Brasil, especialmente com problematizações e interseções do tema quanto ao acesso à Educação Superior. No gráfico abaixo, é possível visualizar um panorama em porcentagens das abordagens temáticas nas 959 (novecentas e cinquenta e nove) fontes que compuseram o estudo:



Gráfico 2 – Principais abordagens temáticas nas fontes

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa autoral de caráter bibliográfico.

Nas exposições sistemáticas encontramos contribuições que possibilitaram reflexões significativas sobre a participação política de estudantes em diferentes formas e perspectivas. Porém, quanto ao tema específico em questão, os resultados mostram a escassez da abordagem indireta e inexistência de abordagem direta.

Contudo, a participação política de estudantes cotistas na construção das políticas afirmativas em universidades públicas é uma ferramenta essencial (consultiva e/ou deliberativa), que requer arranjos sociais que permitam a interação de todos e todas, considerando, pelo menos, duas condições: objetiva, na distribuição dos recursos materiais,

assegurando a independência e voz; e subjetiva, na valoração cultural, expressando igual respeito às/aos participantes e assegurando igual oportunidade para amenizar as injustiças sociais (FRASER, 2010).

Destacamos a importância da justiça social participativa, democrática e paritária, para pessoas e coletivos estudantis em processo de inclusão nas Universidades, que ainda possuem um modelo de gestão educacional permeado pelo conservadorismo, que aflora (ainda mais) em períodos de tensão social, política e econômica, como na atualidade. Reflexões críticas sobre as arenas participativas na construção de políticas educacionais locais contribuem para a mitigação da cidadania, do direito à vida e da justiça social no sentido pleno (BUENO & BATISTA, 2020; CARVALHO, 2016; FRASER, 2010).

Por fim, o que poderia ser novo? A contribuição sobre o tema específico investigado. Pois, estudos nesse viés, implicariam em reflexões e observações sobre a própria universidade, enquanto instituição promotora de formação cultural e política, na responsabilização com a construção da justiça social participativa (Fraser, 2010), por meio da inclusão das/dos novas/novas discentes nos processos de construção das políticas educacionais afirmativas no interior das instituições. As universidades públicas estão num processo de mudança em sua composição, nas formas de acesso, nas novas pedagogias, nos novos currículos, nas novas ações de permanência, e especialmente, nas novas formas de participação política com o ingresso das pessoas com direito às ações afirmativas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Neusa Chaves. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas. **Ensaio**, Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, v. 23. p. 95-128, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.711. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil> Acesso em: 02 jun. 2020.

BUENO, Rita de C. Soares de Souza; BATISTA, Neusa Chaves. Protagonismo de estudantes cotistas na Ocupação Akilombada da Reitoria da UFRGS. **Políticas Educativas**. Vol. 13, nº 2. p. 39-50, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/107362/58280>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 254 p. 2016.

FRASER, Nancy. **Scales of justice**: reimagining political space in a globalizing world. New York: Columbia. University Press, 294 p. 2010.

MAIA, Allan Jeffrey Vidal, et al. Juventude e política: observando a UFBA. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha, org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: **EDUFBA**, p. 169-186, 2011.

PAIVA, Ângela Randolpho. Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 127-154, 2015.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações Raciais, Cultura Acadêmica e Tensionamentos após Ações Afirmativas. **Educação em Revista**, [online]. 2015. Vol.31, n.2, p. 155-182. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698134242>.

PROLO, Felipe. **Possibilidades e oportunidades de atuação política**: estudo sobre a formação do grupo de trabalho de ações afirmativas no processo de reivindicação por cotas no ingresso da UFRGS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, p. 1-128, 2011.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Fabiano Pereira. **Juventude, política e educação**: a emergência do estudante precarizado no contexto da reforma do ensino superior, sua inserção no movimento estudantil e os conflitos no campo político universitário. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: UFPB, p. 1-280, 2018.

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Democratização, justiça social e igualdade na avaliação de uma política afirmativa: com a palavra, os estudantes. **Ensaio**: avaliação de políticas públicas educacionais. [Online]. vol.23, n.86, p.181-212, 2015.

TERRIEN, Silvia Maria Nóbrega; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 30, p. 5-16. 2004.

BIBLIOGRAFÍA

- Apeel-Marglin, F. (1996). *Introduction: Racionality and the World*. Oxford: Clarendon Press.
- Bello, Á. (2009). Universidad, pueblos indígenas y educación ciudadana en contextos multiétnicos en América Latina. En L. López, *Interculturalidad, educación y ciudadanía*. La Paz, Bolivia: FUNPROEIB y Plural.
- Castro Gómez, S. (2005). Ciencias Sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. En E. Lánder, *La Colonialidad del Saber* (pág. 271). La Habana: Editora de Ciencias Sociales.
- Castro Gómez, S. (2007). *Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes*. Bogotá: Iesco Pensar.
- Castro Gómez, S. (2007). Prólogo. *Giro decolonial, teoría crítica y*. Bogotá: Siglo del Hombre.
- Césaire, A. (2006). *Discurso sobre el Colonialismo*. Madrid: Akal.
- Coronil, F. (2005). La Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales. En E. LANDER. LaHabana: de Ciencias.
- De Sousa, B. (2009). Una Epistemología del Sur, la reinención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo Veintiuno.
- Dussel, E. (2005). Europa, Modernidad y Eurocentrismo. En E. Lander, *La Colonialidad del Saber* (pág. 271). La Habana: de Ciencis Sociales.
- Escobar, A. (2003). *“Mundos y conocimientos de otro modo”: el programa de investigación de Modernidad Colonialidad Latinoamericano*. Buenos Aires: Tábula Rasa.
- Estermann, J. (2014). Colonialidad, descolonización e interculturalidad. *Polis*, s/n. Freire, P. (2005). *Pedagogía de la Esperanza*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Garcés Velázquez, F. (2009). *¿Colonialidad o Interculturalidad? representaciones de la lengua y conocimiento quechuas*. La Paz, Bolivia: PIEB & Universidad Andina Simón Bolívar.
- Gigante, E. (1995). Una Interpretación de la Interculturalidad en la Escuela Básica. *Revista de la Escuela y del Maestro*, 49-55.
- Grosfoguel, R. (2006). *La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales. Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global*. Tábula Rasa.
- Guerrero, P. (2002). *Módulo Pensamiento No Occidental*. Quito: Universidad Politécnica Salesiana.
- Habermas, J. (1988). *Der Philosophische Diskurs der Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Habermas, J. (1989). Modernidad, un Proyecto Incompleto. En N. Casullo, *El Debate modernidad posmodernidad*. Buenos Aires: Puntosur.
- Kowi, A. (2006). *Historia de la Educación de los Kichwas*. Quito: UASB.

Lander, E. (2000). *¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién?, Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos*. Bogotá: Centro Editorial Javeriano.

Lander, E. (2005). Ciencias Sociales: Saberes Coloniales y Eurcéntricos. En E. LANDER, La *Colonialidad del Saber* (pág. 271). La Habana: de Ciencias Sociales.

López, L., Moya, R., & Hamel, R. (2009). Pueblos Indígenas y educación superior en América Latina y el Caribe. En L. López, *Interculturalidad, Educación y Ciudadanía*. La Paz, Bolivia: FUNPROEIBy Plural.

Mato, D. (2008). *Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior*. Bogotá: IESALC.

Rivera Cusicanqui, S. (2010). *CH'IXINAKAX UTXIWA : UNA REFLEXIÓN SOBRE PRÁCTICAS Y DISCURSOS descolonizadores*. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón.

Velázquez, M., & Argueta, A. (2013). Interculturalidad y Educación Superior: Conocimientos, Saberes y Enseñanza. En C. C. 1, *Diálogo de Saberes* (págs. 33-40). Quito: SENESCYT.

Viaña, J. (2009, 2010, 2011). La lucha por rupturas y reconstrucciones ontológicas y epistemológicas profundas y generalizadas como problemática de fondo de las universidades indígenas. La Paz, Bolivia: Convenio Andrés Bello.

Viaña, J. (2010). Reconceptualizando la interculturalidad. En J. Viaña, L. Tapia, & C. Walsh, *Construyendo Interculturalidad Crítica*. La Paz, Bolivia: Instituto Internacional de Integración Convenio Andrés Bello.

Viaña, J., & Claros, L. (2009). La interculturalidad como lucha contrahegemónica: Fundamentos no relativistas para una crítica de la superculturalidad. En J. V. Otros, *Interculturalidad crítica y descolonización, fundamentos para el debate*. La Paz, Bolivia: Convenio Andrés Bello.

Walsh, C. (2012). *Interculturalidad Crítica y Decolonialidad*. Quito: Abya Yala.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE/UC Portugal, 2014-2016). Pós-doutorado em Formação de professores, Identidade e Gênero pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra ESEC (2017-2021); Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/Goiás (2010-2014, CAPES 5); Doutorado em Ensino (em andamento), com objeto de tese na área da Educação Matemática/Desenvolvimento Profissional de Professores e tecnologias pela Universidade do Vale do Taquari/UNIVATES (2018 -, CAPES 4); Doutorado em Educação (em andamento), com objeto de tese na área de Currículo e Identidade Juvenis pela Universidade Luterana do Brasil/ ULBRA (2020 -, CAPES 5); Mestre em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pelas Faculdades EST (2007-2008, CAPES 5). A nível de graduação possui formação multidisciplinar com: Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás; Licenciatura em Pedagogia habilitação: séries iniciais, orientação e supervisão escolar, pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais ICSH e Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira/FBB. É professor Titular C-II da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior/FIMES/UNIFIMES desde 2014 (Onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação) e professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás desde 1999 na disciplina de Matemática. Atua, ainda, como Docente Permanente nos seguintes Programas: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Faculdade de Inhumas FACMAIS, Linha 2 Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos; Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul UEMS, Linha 1 Currículo, Formação Docente e Diversidade (Cooperação técnica nº 1038/2019. Publicado no D. O. nº 10038 de 28/11/2019) e do MPIES Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia UNEB (Colaboração Técnica, sem vínculo empregatício), na Linha 2 Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES-CNPq); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no interior do Amazonas (do IFAM). Associado na ANPED/Nacional. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica em Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do Comitê Científico da Editora Atena (2019 -); Editor da Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais (2020 -). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois grupos temáticos: I Processos Educativos: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II Estudos Culturais: Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, Religiosidade e Cultura.

MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA – Doutora em Didática pela Universidade de Aveiro em Portugal. É professora – coordenadora na Escola Superior do Instituto Politécnico de Coimbra e membro efetivo do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Professores da Universidade de Aveiro. É, desde 2010, coordena na Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), do Mestrado em Educação para Saúde. Tem experiência na área da Sexualidade e Educação em Sexualidade. De entre as unidades curriculares que leciona na ESEC, salienta, Sexualidade e Saúde (Licenciatura em Educação Básica); Sexualidade, Saúde e envelhecimento (Licenciatura em Gerontologia Social); Sexualidade, Saúde, Cultura e Media (Mestrado em Educação para Saúde). É, desde 2012, professora visitante da UNESP, Araraquara, SP/Brasil, na Pós-Graduação em Educação Sexual.

SILVÂNIA MARIA ROSA - Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás -(UEG) em 2001). Graduada em Informática pela UEG (Universidade Estadual de Goiás; Especialista em Docência Universitária (FACER) e em Gênero e Diversidade na Escola pela (UFG) Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão; Mestranda em Educação, pela Faculdade de Inhumas - FACMAIS – É professora concursada na - Secretaria Estadual de Educação de Goiás e na Secretaria Municipal de Educação de Rubiataba – GO, atuando no Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultores familiares 6, 99, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 198

C

Contribuições 6, 12, 74, 75, 102, 117, 188, 192, 199

Cultura 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 29, 30, 39, 42, 43, 53, 54, 77, 81, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 106, 125, 132, 141, 164, 167, 175, 206, 211, 216, 217

D

Desenvolvimento local 5, 136, 137, 140, 147

E

Educação ambiental 5, 93, 94, 104, 107, 116

Educação do campo 5, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 106

Educação superior 4, 61, 62, 63, 64, 67, 75, 76, 99

Emoções 31

Estudantes 4, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 202, 203

F

Foucault 14, 15, 16, 17, 18, 20, 29, 30, 56, 59, 83, 91, 204

I

Inclusão 76, 99, 111, 196, 199

J

Justiça social 61, 62, 63, 67, 68, 76, 77

K

Kaingang 4, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 190

M

Maraú 5, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

P

Participação estudantil 61

Política afirmativa 61, 62, 63, 65, 68, 77

Potencialidades 6, 2, 98, 105, 116, 136, 188, 189, 191, 192, 194

Prevenção 191

Processos de subjetivação 14

Professores 5, 68, 93, 96, 99, 100, 102, 103, 106, 109, 194, 196, 216, 217

Projetos ambientais 4, 44

R

Recurso ambiental 108, 110, 115

S

Saberes indígenas 93, 96, 99, 100

Saúde 4, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 99, 102, 103, 144, 146, 147, 149, 150, 192, 197, 199, 217

T

Território 5, 2, 4, 5, 6, 10, 11, 47, 93, 97, 104, 110, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 148, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 199

Turismo 5, 46, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 146, 147, 148, 181, 182, 187, 212

U

Universidade 6, 2, 5, 11, 12, 13, 31, 44, 61, 69, 73, 74, 76, 93, 97, 99, 100, 105, 107, 108, 109, 116, 117, 136, 148, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 216, 217

V

Valoração 5, 76, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE



2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br